



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL

**RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE DISPENSA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS E/OU  
REMOTAS SÍNCRONAS PARA ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES  
REALIZADAS ATÉ DIA 01/04/2022**

A comissão que avalia as solicitações de dispensa das atividades presenciais e/ou remotas síncronas para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFsul Campus Sapucaia do Sul, conforme Procedimento Operacional 07/2021, divulga o resultado das análises realizadas até o dia 01/04/2022, conforme segue:

Nome do estudante	Resultado	Motivo
Adriana Florkovski	Indeferido	A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência e adequação à rotina, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Adriano Fantinelli	Deferido	
Airton Rodrigues da Rosa	Deferido	
Alana Machado da Silva Rambo	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Alexia Abreu Vargas Lima	Deferido	

Amanda de Souza Bonete	Deferido	
Amanda Souza	Indeferido	Necessário enviar documento que comprove horário de trabalho.
Ana Carolina da Silva Gonçalves Corrêa	Deferido	
Ana Júlia da Rosa	Deferido	
Ana Lívia Back Xavier	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Ana Paula Querobin Nogueira	Deferido	
Ana Paula Titon	Indeferido	Não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de suas rotinas, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
André Rafael Barreto Moreira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Andressa Rosianne da Silva Alves	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Andrey Eslander Baptista de Oliveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Além disso, o horário de estágio não coincide com o horário das aulas.
Andreza Beatriz Scoss	Deferido	

Angela Cristina Bizarro	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de suas rotinas, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Antonio Adolfo Franco	Deferido	
Antonio Eduardo Rosa Oliveira	Indeferido	A realização de estágio no contraturno não justifica a dispensa das aulas presenciais. O motivo alegado não é justificativa para dispensa das atividades presenciais.
Arthur Eder	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Augusto Mota Lanes	Deferido	
Bianca do Amaral Lazzaretti	Deferido parcialmente	Dispensa das aulas concedida de 15/03/2022 a 10/05/2022
Bianca Neri Alves	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Brenda Machado Rodrigues	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.

Bruna dos Santos Mendes de Souza	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Bruna Machado	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de rotina e de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Havendo necessidade, e se encaixando nos critérios socioeconômicos, a(o) estudante pode participar do edital de auxílio transporte. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Bruna Nunes da Silva	Indeferido	A realização de estágio no contraturno não justifica a dispensa das aulas presenciais.
Bruno Eduardo da Silveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Camila Pedroso Horlle	Deferido	O estudante solicitou dispensa apenas em janeiro. Diante dos motivos alegados, concede-se a dispensa, devendo o estudante voltar ao presencial em 01/02/2022.
Camille Levandoski Guedes	Deferido	
Camilly Gabriele Jacques	Indeferido	Não foi apresentada nenhuma comprovação dos motivos alegados, sendo que comorbidade de terceiros não justifica dispensa. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.

Carina Freitas Busi	Indeferido	Necessário enviar novamente o comprovante em formato pdf. O documento enviado não abriu não sendo possível a comissão fazer a análise.
Carla Patricia Franz	Indeferido	Conforme decreto estadual nº 56.171, é necessário o retorno às atividades presenciais e, conforme Resolução CONSUP/IFSUL nº 62, é condição para o retorno as aulas a comprovação do esquema vacinal completo.
Caroline Schneider	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Além disso, o horário de estágio não coincide com o horário das aulas.
Cassio Crivellaro Machado	Deferido	
Catarine Kemper	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais. Necessário encaminhar comprovante da situação relatada.
Clari da Silva Zucconelli	Deferido	
Claudia Rosângela Soares de Freitas	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Crisler Teixeira Daniel Rodrigues	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.

Cristiano Castilhos Souza	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de suas rotinas, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Daiana Carminatti Sprenger Loureiro	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Daiane Pereira Machado	Indeferido	Necessário atestado médico comprovando comorbidade e indicação de dispensa das aulas presenciais.
Daniel Costa da Silva	Deferido	
Danielly Victória Benemann	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Davi de Oliveira Alencastro	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Diego de Souza Rosa	Deferido	
Diego Souza Costa	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Diuliano Vargas da Silveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Além disso, o horário de estágio não coincide com o horário das aulas.

Douglas Fontoura Oliveira	Indeferido	A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Ediane Beatriz Ramos Vieira	Indeferido	O curso não é online, razão pela qual não é possível continuá-lo nesse formato conforme é requerido.
Edson Pereira	Deferido	
Eduarda dos Santos	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Havendo necessidade, e se encaixando nos critérios socioeconômicos, a(o) estudante pode participar do edital de auxílio transporte. Há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais. Além disso, o horário de estágio não coincide com o horário das aulas.
Eduarda Emanuele Lemes	Deferido	
Eduarda Tomé dos Santos	Indeferido	Necessário enviar documento comprobatório da situação.
Eduardo de Oliveira Padilha	Deferido parcialmente	Dispensa das aulas concedida de 15/03/2022 a 10/05/2022
Eduardo Martins da Conceição	Deferido	
Elen Florence Carletto	Deferido	
Elen Pereira Dorneles	Deferido	
Eliane da Gama Viegas	Deferido	
Eliwelton de oliveira dos reis	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Emerson Luiz de Souza	Indeferido	Por isonomia, a comorbidade de terceiros não é condição para justificativa de continuidade de aula remota.

Emerson Silva Barbosa	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Emily dos Santos	Indeferido	Necessário enviar atestado médico.
Emilly Pinheiro Strack	Indeferido	Estudantes menores de idade requerem autorização judicial para a dispensa. Além disso, pode-se realizar adequação com solicitação de saída mais cedo das aulas (30 min).
Enderson Acunha Aguiar	Deferido	
Eric Fernando Wendt	Indeferido	Por isonomia, a comorbidade de terceiros não é condição para justificativa de continuidade de aula remota.
Érick Claiton Cardoso Meyer	Indeferido	O trabalho com possibilidade de gerenciamento do tempo não é motivo para dispensa. Em relação à comorbidade, é necessário apresentar atestado.
Etiely de Moura Martins	Indeferido	Necessário atestado médico comprovando comorbidade.
Fábio da Costa Moraes	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readaptação de suas rotinas e horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Fabricio Roglio de Sousa	Indeferido	Não há previsão de dispensa pelos motivos alegados.
Felipe Lisowski	Deferido	
Filipe Pacheco Gomes	Deferido	
Flávia Steil Boneberg	Deferido	
Gabriel Friedrich Schardong	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Havendo necessidade, e se encaixando nos critérios socioeconômicos, a(o) estudante pode participar do edital de auxílio transporte. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Gabriel Gonçalves dos Santos	Deferido	



Gabriel Lampert do Amaral	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Gabriel Leffa Bortoloto	Indeferido	A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Gabriel Rodrigues Peixoto dos Santos	Deferido	
Gabriel Souza da Silva	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Geórgia Régia Zedes	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Gilberto Tedesco	Deferido	
Giovana Alexine Virissimo Pinto	Deferido	
Grace Trindade de Oliveira	Deferido	
Grazieli Laurindo Pinheiro	Deferido	
Guilherme Olicio Garcia Stein	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Guilherme Pereira Machado	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Guilherme Rocha Garcia	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.

Gustavo de Paula Andrade	Indeferido	Não ficou comprovado que o horário do trabalho coincide com o horário das aulas. Necessário preencher novamente o formulário, enviando a documentação comprobatória de vínculo com a empresa e horário de trabalho.
Gustavo Fraga Apellaniz	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
IBIS CAIQUE DOS SANTOS CURCINO	Indeferido	Por isonomia, a comorbidade de terceiros não é condição para justificativa de continuidade de aula remota.
Janaína Corneli	Deferido	
Jaqueline Rolim Pedroso	Deferido	
Jennifer sprenger loureiro	Indeferido	Necessário enviar atestado médico
Jessica Garcia de Oliveira	Indeferido	O motivo apresentado "não chegar a tempo" não justifica a dispensa. Pode-se solicitar permissão para entrar na sala com atraso.
Jessica Pimentel Nunes	Deferido	
João Antônio De Andrade Lyrio	Indeferido	O motivo alegado não é justificativa para dispensa das atividades presenciais.
João Augusto Gomes Vieira	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
João Henrique Barbosa Albernaz	Deferido	
João Henrique da Hora dos Santos	Deferido	
João Lucca Oliveira Schmitz	Deferido	
João Paulo Vasquez Dias	Deferido	
João Pedro da Silva de Borba	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.

José Inácio Tonetto Righi	Deferido	
José Luiz Diogo	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
José Milton Teixeira de Freitas Junior	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Júlia Coelho de Oliveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Júlia Cristina Proença	Deferido	
Julia da Silva Folharini	Deferido	
Júlia de Lima Cechinel de Almeida	Deferido	
Júlia Ferreira Machado	Deferido	
Julia Hellwig Rotta	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para ajustar sua rotina, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Júlia Pereira de Oliveira	Deferido	
Júlia Rebelo Marquetti	Deferido	
Juliana Gomes da Lapa Silva	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Juliana Santos Moreira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Kaiane Azolini Defendi	Deferido	

Kaira Azevedo Rossato	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas para sua rotina, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Kaira Azevedo Rossato	Deferido parcialmente	A estudante terá dispensa apenas no turno e dia de ocorrência da disciplina Matemática II, devendo realizar as avaliações conforme critério e organização do docente.
Keterly Amanda Scoss Duarte	Indeferido	A justificativa não é prevista para dispensa das aulas presenciais.
Ketlin Chaiane da Silva Porfírio	Indeferido	O motivo alegado não é justificativa para dispensa das atividades presenciais.
Laura Feijó Dal Farra	Deferido	
Lauren Amanda Brazeiro Fiuza	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
LEANDRA SANTOS RAMOS	Deferido	
LEANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA	Deferido	
Leonardo Lemos Martini	Indeferido	A realização de estágio no contraturno não justifica a dispensa das aulas presenciais. Comorbidades de terceiros não justificam a dispensa das aulas presenciais.
Letícia de Souza Restelli	Deferido parcialmente	A estudante terá dispensa apenas no turno e dia de ocorrência da disciplina Matemática III, devendo realizar as avaliações conforme critério e organização do docente.
Lisiane Martins da Silva	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Luana Gonçalves Gomes	Deferido	

Luana Ingrid Pires karoly	Deferido	
Lucas Bisognin	Indeferido	Por isonomia, a comorbidade de terceiros não é condição para justificativa de continuidade de aula remota.
Lucas de Azevedo Brum	Deferido	
Lucas Fabiano do Nascimento	Deferido	
Lucas Zardo Fellini	Deferido	
Luis Alberto Aguirre Moraes Morales	Deferido	
Luis Fernando Rohsmann	Deferido	
Lutiane Rochele Soares Garcia	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de suas rotinas, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Caso deseje pleitear novamente a dispensa, deverá enviar os atestados comprovando sua comorbidade.
Maicon Siqueira Ramilio	Indeferido	Por isonomia, a condição alegada não é justificativa de continuidade de aula remota.
Maikon Luis Pereira Pimentel	Indeferido	Não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Márcio José Wlitt Filho	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Marcos Vinicius de Oliveira de souza	Deferido	
Marcos Vinicius Hoff Calegari	Deferido	
Maria Cecília Santos da Silva	Deferido	

Maria Eduarda Jappe Goi	Indeferido	O motivo alegado não é justificativa para dispensa das atividades presenciais.
Maria Eduarda Zimke	Deferido	
Maria Luiza Hampe Lorenzi	Deferido parcialmente	Dispensa somente das aulas do turno da manhã.
Mariane de Araujo Takeda	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Mateus da Silva Ströher	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Mateus Stodolni de Aguiar	Indeferido	A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas para a volta à presencialidade, precisando frequentar as aulas a partir de 01/02/2022.
Matheus Henrique Carmona	Deferido	
Matheus Leonardo de Paula Silva	Deferido	
Mel Evaldt Viana	Deferido	
Melissa Vieira Alves	Deferido	
Melry de Oliveira Borges	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de suas rotinas, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Milena Farias Pacheco	Deferido	
Mirian Vieira Soares	Deferido	
Nícolas Carvalho Brandão	Indeferido	Não é possível a dispensa por comorbidade de terceiros. Em relação à própria comorbidade alegada, é necessário atestado com comprovação.

Otto ALberto Gorl	Deferido	
Pamela Portela Moreira	Deferido	
Patrick Cardoso Timm	Indeferido	Comorbidades de terceiros não justificam dispensa das aulas presenciais.
Paulo André Rodrigues de Avila	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Além disso, o horário de estágio não coincide com o horário das aulas.
Paulo Roberto dos Passos	Deferido	
Pedro Gabriel Carmona	Indeferido	Necessário comprovar que o trabalho ocorre no horário de aula e realizar novo pedido de dispensa via formulário.
Pedro Gabriel Carmona	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Pedro Mendonça Pereira de Oliveira	Deferido	
Pedro Teixeira Alves	Deferido	
Pietra Fontana lima	Deferido	
Rafael de Souza Nunes	Indeferido	Necessário comprovar que o trabalho ocorre no horário de aula e realizar novo pedido de dispensa via formulário.
Rafael de Souza Nunes	Deferido	O estudante solicitou dispensa apenas em janeiro. Diante dos motivos alegados, concede-se a dispensa, devendo o estudante voltar ao presencial em 01/02/2022.
Rafael Mateus Pereira	Deferido	
Rafaella Dunker	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. Havendo necessidade, e se encaixando nos critérios socioeconômicos, a(o) estudante pode participar do edital de auxílio transporte. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.

RAISSA AQUINO ALVES VRIELING	Deferido	
Rhian Lopes da Costa	Indeferido	Necessário comprovar que o trabalho ocorre no horário de aula e realizar novo pedido de dispensa via formulário.
Ricardo Fraga Apellaniz	Deferido	
Ricardo Mapelli Silveira	Indeferido	Não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Roberta Ligabue Silveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Robsom caetano da silva de figueredo	Deferido parcialmente	Dispensa das aulas concedida de 15/03/2022 a 10/05/2022
Robsom caetano da silva figueredo	Indeferido.	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Rodrigo de Souza Linck Filho	Indeferido	O motivo alegado não justifica a dispensa das atividades presenciais. Em relação ao transporte, pode-se realizar a solicitação de passe livre escolar.



Rodrigo Helfer Praia	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Rodrigo Zandoná	Indeferido	Por isonomia, a comorbidade de terceiros não é condição para justificativa de continuidade de aula remota.
Ruan da Silveira Campos	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado.
Samantha Mabilia Thiesen	Indeferido	Não há previsão de dispensa pelo motivo alegado.
Samuel Soares de Oliveira	Deferido	
Shayane de Oliveira	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Solismar Cardoso Luche	Deferido	
Susane de Almeida Massena	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171 não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Taina oliveira nunes da silva	Indeferido	O documento anexado não corresponde ao atestado indicado.
Taina Oliveira Nunes da Silva	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.

Tamiris Soares Souza	Indeferido	Não é previsto dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para readequação de seus rotinas e horários de trabalho, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022.
Thiago da Silva	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado. A(O) estudante tem o mês de janeiro para buscar alternativas de auxílio via edital de assistência, precisando frequentar as aulas presenciais a partir de 01/02/2022. Além disso, há a possibilidade de passe livre para deslocamentos intermunicipais e meia passagem escolar para deslocamentos municipais.
Tyffani Kailany Varera Ferreira da Silva	Deferido	
Vanessa da Fontoura de Oliveira	Indeferido	O motivo alegado não justifica a dispensa das atividades presenciais.
Victor Henrique Freire de Moura	Indeferido	Conforme o decreto estadual nº 56.171, não é possível ter dispensa das aulas presenciais pelo motivo alegado, pois a comorbidade indicada não é critério clínico, salvo entendimento médico, para justificar a continuidade no ensino remoto.
Vinícius Francisco de Oliveira	Deferido	
Vinicius Moura Rebelo	Deferido	
Vitória Corrêa Liska	Deferido	
William Rocha Silva	Deferido	
Yasmin da Rosa Pinto	Deferido	
Yuri Santos de Azevedo	Deferido	

Cabe à/ao estudante a comunicação com a/o docente para se inteirar das atividades avaliativas, que precisam ser desenvolvidas para que haja êxito no componente curricular.

Sapucaia do Sul, 04 de abril de 2022.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcelio Adriano Diogo**, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - SS-DEPEN, em 05/04/2022 09:03:13.
- **Monica Nunes Neves**, COORDENADOR - FG0001 - SS-GABDIR, em 04/04/2022 18:01:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/04/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 155447

**Código de Autenticação:** b3aa9c0fc4



---

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL

Av. Copacabana, 100 - Bairro Piratini | CEP 93216-120 | Sapucaia do Sul-RS | [+55](51) 3452-9200

CNPJ: 10.729.992/0002-27 | [www.ifsul.edu.br](http://www.ifsul.edu.br) | [www.sapucaia.ifsul.edu.br/portal](http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/portal)

"Educação para a vida. Profissionais para o mundo."